

INFORME LEGISLATIVO

Edição de 28 de Junho de 2021



INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA

Obrigação de fornecimento de prova de regularidade para homologa�o de reajustes tarifários	1
PL 02216/2021 - Autoria: Dep. Elias Vaz (PSB/GO)	
Defini�o de privilégios exclusivos da União na presta�o de serviços estratégicos de tecnologia da informa�o	1
PL 02270/2021 - Autoria: Dep. André Figueiredo (PDT/CE)	
Destina�o de recursos � preven�o e ao combate de desastres naturais e humanos	1
PLP 00093/2021 - Autoria: Dep. José Ricardo (PT/AM)	
Veda�o de aplica�o de taxas de juros diferenciadas nas mesmas modalidades de crédito para clientes de mesma categoria	1
PL 02246/2021 - Autoria: Dep. Léo Moraes (PODE/RO)	
Cria�o de regras para a oferta de serviços de interoperabilidade de dados	2
PL 02224/2021 - Autoria: Dep. Felipe Rigoni (PSB/ES)	
Permissão para discussão, em matéria de defesa, da compensa�o tributária em embargos � execu�o fiscal	2
PL 02243/2021 - Autoria: Dep. Jer�nimo Goergen (PP/RS)	
Deveres e responsabilidades de empregados e empregadores quanto aos Equipamentos de Prote�o Individual	2
PL 02249/2021 - Autoria: Dep. Nicoletti (PSL/RR)	
Programa Banco de Empregos para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar	3
PL 02221/2021 - Autoria: Dep. Pedro Lucas Fernandes (PTB/MA)	
Exigência em licita�o de contrata�o de pessoas atendidas por �rgoos do Sistema de Políticas Públicas sobre Drogas	3
PL 02227/2021 - Autoria: Dep. Enrico Misasi (PV/SP)	

<i>Emissão simplificada de autorização de moradia e visto temporário de trabalho a estrangeiros em novos projetos no Brasil</i>	3
PL 02239/2021 - Autoria: Dep. Clarissa Garotinho (PROS/RJ)	
<i>Validade de registro profissional em todo o território nacional</i>	4
PL 02260/2021 - Autoria: Dep. Dra. Soraya Manato (PSL/ES)	
<i>Tipificação das condutas lesivas de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho</i>	4
PL 02203/2021 - Autoria: Sen. Nilda Gondim (MDB/PB)	
<i>Permissão para ausência do empregado em caso de vacinação contra o Coronavírus</i>	4
PL 02289/2021 - Autoria: Dep. Mário Heringer (PDT/MG)	
<i>Ampliação da gravidade do crime de roubo de fios e equipamentos de infraestrutura telefônica, energética e de dados</i>	5
PL 02214/2021 - Autoria: Dep. Alex Manente (CIDADANIA/SP)	
<i>Realização de transporte de carga própria e de terceiros por produtores rurais mediante remuneração</i>	5
PL 02261/2021 - Autoria: Dep. Dra. Soraya Manato (PSL/ES)	
<i>Sustação de Portaria que proíbe o consumo de óleo diesel por veículos de capacidade inferior a uma tonelada</i>	5
PDL 00257/2021 - Autoria: Dep. Gilson Marques (NOVO/SC)	
<i>Revisão da tributação da renda</i>	5
PL 02337/2021 - Autoria: Poder Executivo	
<i>Inclusão do ensino da Língua Brasileira de Sinais no currículo escolar dos ensinos médio e fundamental</i>	6
PL 02217/2021 - Autoria: Dep. Pastor Eurico (PATRIOTA/PE)	
<i>Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Infantil e da Educação Superior</i>	7
PL 02279/2021 - Autoria: Dep. Luis Miranda (DEM/DF)	
INTERESSE SETORIAL	
<i>Permissão para fiscalização e classificação de produtos vegetais por municípios e consórcios públicos</i>	7
PL 02251/2021 - Autoria: Dep. Geninho Zuliani (DEM/SP)	
<i>Aporte de recursos e investimentos em letras hipotecárias por regimes próprios de previdência social dos servidores públicos</i>	7
PL 02263/2021 - Autoria: Dep. Marcelo Ramos (PL/AM)	
<i>Política Nacional de Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico da Cadeia Produtiva dos Minerais Componentes dos Elementos Terras-Raras (PADT)</i>	8
PL 02210/2021 - Autoria: Sen. Chico Rodrigues (DEM/RR)	
<i>Sustação parcial de Ato do MAPA que libera o uso do agroquímico Fenpyrazamina</i>	8
PDL 00237/2021 - Autoria: Dep. Túlio Gadêlha (PDT/PE)	
<i>Criação da Semana Nacional de Conscientização sobre Resíduos Eletroeletrônicos</i>	8
PL 02238/2021 - Autoria: Dep. Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO)	
<i>Plano Nacional de Gestão do Oxigênio Medicinal</i>	9
PL 02257/2021 - Autoria: Dep. Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO)	

**Acompanhe o dia a dia dos projetos no
Legisdata**

INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA

• REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

DIREITO DE PROPRIEDADE E CONTRATOS

Obrigação de fornecimento de prova de regularidade para homologação de reajustes tarifários

PL 02216/2021 - Autoria: Dep. Elias Vaz (PSB/GO), que "Altera o art. 29 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, para permitir que a Administração Tributária possa agir para receber as dívidas no momento da concessão de reajustes tarifários."

Altera a Lei de Concessões a fim de estabelecer como exigência o fornecimento de prova de regularidade fiscal para com a União, previamente à homologação de reajustes tarifários.

Definição de privilégios exclusivos da União na prestação de serviços estratégicos de tecnologia da informação

PL 02270/2021 - Autoria: Dep. André Figueiredo (PDT/CE), que "Dispõe sobre o regime de privilégio exclusivo da União na prestação de serviços públicos estratégicos de tecnologia da informação."

Estabelece os **serviços públicos estratégicos de tecnologia da informação**, que constituem privilégio **exclusivo da União**.

- Entre os serviços acima, está a **prestação de análise de sistemas, programação e execução de serviços de tratamento da informação e de processamento de dados** através de computação eletrônica.

- Não se aplica os dispositivos da **Lei do Programa Nacional de Desestatização ao SERPRO** e ao **Dataprev**.

INTEGRAÇÃO NACIONAL

Destinação de recursos à prevenção e ao combate de desastres naturais e humanos

PLP 00093/2021 - Autoria: Dep. José Ricardo (PT/AM), que "Acrescenta alínea à ao inciso I do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para prever destinação de recursos para ações de prevenção e combate às consequências dos desastres naturais e humanos, como: chuvas, enchentes, queimadas, secas, erosões, geadas, acidentes ambientais, inundações, incêndios, entre outros."

Prevê a destinação de recursos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para ações de prevenção e combate às consequências dos desastres naturais e humanos, dentre eles chuvas, secas, incidentes ambientais e incêndios.

RELAÇÕES DE CONSUMO

Vedação de aplicação de taxas de juros diferenciadas nas mesmas modalidades de crédito para clientes de mesma categoria

PL 02246/2021 - Aatoria: Dep. Léo Moraes (PODE/RO), que "Altera o art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer equiparação nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos para clientes com a mesma categoria de crédito."

Altera o Código de Defesa do Consumidor para vedar a aplicação de taxas de juros diferenciadas referente a mesma modalidade de empréstimo ou financiamento, para consumidores que possuem categoria, perfil e cadastro de crédito compatível.

• QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Criação de regras para a oferta de serviços de interoperabilidade de dados

PL 02224/2021 - Aatoria: Dep. Felipe Rigoni (PSB/ES), que "Altera a Lei 14.129 de 29 de março de 2021, para disciplinar sobre o fomento da oferta de serviços de interoperabilidade de dados em tempo real ."

Caberá aos órgãos e entidades públicas **fomentar a oferta de serviços de interoperabilidade de dados em tempo real**, a fim de promover a transparência ativa, **com acesso universal e gratuito às interfaces**, bem como sua utilização por **terceiros**.

- Possibilita, contudo, o **ressarcimento de custos relacionados ao fornecimento de serviços de interoperabilidade**, para viabilizar os investimentos na oferta gratuita destes serviços.

Permissão para discussão, em matéria de defesa, da compensação tributária em embargos à execução fiscal

PL 02243/2021 - Aatoria: Dep. Jerônimo Goergen (PP/RS), que "Altera a Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais) e dá outras providências."

Altera a Lei de Execuções Fiscais, **a fim de possibilitar que contribuintes possam apresentar sua defesa em execuções fiscais nas ocasiões em que o crédito fazendário que está sendo executado tenha sido objeto de compensação**.

• LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

Deveres e responsabilidades de empregados e empregadores quanto aos Equipamentos de Proteção Individual

PL 02249/2021 - Aatoria: Dep. Nicoletti (PSL/RR), que "Altera a legislação trabalhista para disciplinar os deveres e responsabilidades dos empregadores e empregados quanto ao fornecimento e uso dos Equipamentos de Proteção Individual."

Estabelece **os deveres e responsabilidades de empregadores e dos empregados** quanto ao oferecimento, uso, conservação e substituição dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

- **É dever da empresa fornecer EPIs**, realizar **inspeções regulares**, oferecer **treinamento** adequado bem como **substituir** equipamentos avariados, de forma gratuita aos seus empregados.

- **É responsabilidade do empregado utilizar o equipamento fornecido de forma adequada**, seguindo as diretrizes do treinamento dado pelo empregador, bem como o uso, guarda e conservação do equipamento de proteção fornecido.

- **O empregador que cumprir de forma adequada seus deveres ficará dispensado do dever de fiscalizar** o uso dos equipamentos de proteção individual, bem como de **eventual dever de indenizar em caso de acidente de trabalho decorrente do uso inadequado do equipamento.**

OUTRAS MODALIDADES DE CONTRATOS

Programa Banco de Empregos para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar

PL 02221/2021 - Autoria: Dep. Pedro Lucas Fernandes (PTB/MA), que "Cria o Programa 'Banco de Empregos para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar' e dá outras providências."

Cria o **Programa Banco de Empregos para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar**, com vistas a promoção da qualificação de mão-de-obra e a melhoria do nível educacional e cultural de **mulheres em situação de violência doméstica.**

- **Empresas com mais de 100 empregados** deverão disponibilizar **ao menos uma vaga para cada centena de empregados contratados** para ser preenchida nos termos do programa. Seu descumprimento acarretará multa de R\$ 3 mil por vaga não ofertada.

- Na hipótese de inexistência de demanda, **a vaga poderá ser preenchida livremente após 30 dias da comunicação de sua abertura.**

Exigência em licitações de contratação de pessoas atendidas por órgãos do Sistema de Políticas Públicas sobre Drogas

PL 02227/2021 - Autoria: Dep. Enrico Misasi (PV/SP), que "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para acrescentar a possibilidade de os editais de licitação exigirem que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja preenchido por pessoas atendidas por órgãos integrantes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e dos Sistemas de Políticas Públicas sobre Drogas dos Estados, Distrito Federal e Municípios."

Altera a nova lei de licitações (Lei 14133/2021), para permitir que **editais de licitação exijam que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação** seja preenchido por pessoas atendidas **por órgãos integrantes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.**

Emissão simplificada de autorização de moradia e visto temporário de trabalho a estrangeiros em novos projetos no Brasil

PL 02239/2021 - Autoria: Dep. Clarissa Garotinho (PROS/RJ), que "Altera a Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017 para desburocratizar a emissão de autorização de moradia e visto temporário de trabalho para empregados de empresas que participarão da implantação de novos projetos e investimentos estrangeiros no Brasil."

Simplifica o processo de solicitação de autorização para residência e para visto temporário de trabalho aos funcionários a serviço de empresas que estiverem implantando projetos ou novos investimentos no país.

- A solicitação de autorização para residência e a solicitação de visto **serão realizados de maneira unificada e em apenas uma etapa.**

- A simplificação **é válida apenas aos trabalhadores estrangeiros que participarão da implantação de novos projetos e investimentos no Brasil.**

REGULAMENTAÇÃO DE PROFISSÕES

Validade de registro profissional em todo o território nacional

PL 02260/2021 - Autoria: Dep. Dra. Soraya Manato (PSL/ES), que "Dispõe sobre a validade nacional do registro emitido para o exercício de profissão regulamentada por lei."

Valida em todo o território nacional o registro profissional para o exercício de profissão regulamentada por lei, e não somente na unidade da federação onde o registro foi emitido.

RELAÇÕES INDIVIDUAIS DO TRABALHO

Tipificação das condutas lesivas de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho

PL 02203/2021 - Autoria: Sen. Nilda Gondim (MDB/PB), que "Acrescenta parágrafos ao art. 223-C da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre os assédios moral e sexual nas relações de trabalho."

Classifica como **dano extrapatrimonial os assédios moral e sexual**, praticados por **empregadores, colegas ou clientes**, em prejuízo dos bens juridicamente tutelados do empregado. **Determina as sanções cabíveis nos casos de assédio sexual.**

- Qualifica as **condutas abusivas no ambiente de trabalho como assédio moral**, dentre elas os gestos, palavras, comportamentos ou atitudes, repetitivos ou sistemáticos, contra a dignidade ou as integridades física e psíquica dos empregados.

- Estabelece que o assédio sexual **configura dano extrapatrimonial**, suscetível a **indenização e afastamento dos riscos, pelo empregador, da pessoa assediada**, a fim de zelar para que o assédio não se repita, **sob a pena de responsabilização pelas indenizações devidas.**

Permissão para ausência do empregado em caso de vacinação contra o Coronavírus

PL 02289/2021 - Autoria: Dep. Mário Heringer (PDT/MG), que "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - CLT para permitir que o empregado se ausente do trabalho sem prejuízo do salário para vacinação contra o vírus SARS-Cov-2, e dá outras providências."

Permite que **o empregado** se ausente **por até dois dias alternados**, a cada **12 meses de trabalho**, sem prejuízo de sua remuneração, para vacinação **contra o vírus SARS-Cov-2.**

• INFRAESTRUTURA

Ampliação da gravidade do crime de roubo de fios e equipamentos de infraestrutura telefônica, energética e de dados

PL 02214/2021 - Autoria: Dep. Alex Manente (CIDADANIA/SP), que "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para agravar as penas cominadas aos crimes de furto, roubo e receptação de fios, cabos ou qualquer outro equipamento necessário para o fornecimento dos serviços de telefonia, energia elétrica e transferência de dados."

Promove alterações no Código Penal, **para agravar as penas para os crimes de furto, roubo e receptação de fios, cabos ou quaisquer outros equipamentos necessários ao fornecimento de serviços de telefonia, energia elétrica e transferência de dados.**

Realização de transporte de carga própria e de terceiros por produtores rurais mediante remuneração

PL 02261/2021 - Autoria: Dep. Dra. Soraya Manato (PSL/ES), que "Altera a Lei nº 11.442, de 2007, para dispor sobre o transporte de cargas de terceiros, mediante remuneração, por veículo de produtor rural."

Permite que o Produtor Rural (PR) **realize o transporte de carga própria e de cargas de terceiros**, mediante remuneração, entre a localidade da propriedade rural e o local de carregamento de insumos como carga própria.

- O PR **passa a assumir**, perante o contratante, **a responsabilidade pelos prejuízos resultantes de perda**, danos ou avarias às cargas sob sua custódia, e pelos decorrentes de atraso de entrega.

- O prazo máximo para carga e descarga do Veículo de Transporte Rodoviário de Cargas será de **cinco horas**, após o qual será devido ao PR a importância de **R\$ 1,38 reais por tonelada/hora ou fração**.

Sustação de Portaria que proíbe o consumo de óleo diesel por veículos de capacidade inferior a uma tonelada

PDL 00257/2021 - Autoria: Dep. Gilson Marques (NOVO/SC), que "Susta os efeitos da Portaria nº 23, de 6 de junho de 1994, do extinto Departamento Nacional de Combustíveis (DNC)"

Susta a Portaria de nº 23 de 1994 que **proíbe o consumo de óleo diesel em veículos automotores** de passageiros, de carga e de uso misto **com capacidade inferior a 1.000 kg**.

• SISTEMA TRIBUTÁRIO

REFORMA TRIBUTÁRIA

Revisão da tributação da renda

PL 02337/2021 - Autoria: Poder Executivo, que "Altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido."

Promove **reforma na tributação da renda das pessoas jurídicas e físicas**.

Sobre a **tributação das pessoas jurídicas**, as principais alterações propostas são:

- **Redução da tributação** do IRPJ **de 25% para 20%** da seguinte forma: 22,5% em 2022 e 20% em 2023;

- **Tributação da distribuição de lucros e dividendos em 20%** com faixa de isenção para distribuições de até R\$ 20 mil mensais feitas por MPES;
- **Fim da dedutibilidade dos juros sobre capital próprio (JCP);**
- **Obrigatoriedade de apuração trimestral do IRPJ e da CSLL** com permissão de compensação de 100% do prejuízo de um trimestre nos três seguintes;
- **Impossibilidade de pagamentos de gratificações e participação nos resultados aos sócios e dirigentes** feitos com ações da empresa **serem deduzidos como despesas operacionais;**
- Aproximação das bases de cálculo de IRPJ e CSLL.

Sobre **a tributação das pessoas físicas, a faixa de isenção será elevada** de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500,00. Todas as demais faixas do IRPF serão atualizadas, porém com índices diferentes. Além disso, **a atualização de bens imóveis terá alíquota reduzida.** Hoje, a tributação do ganho de capital varia entre 15% e 22,5% e só pode ser feita na venda. A nova alíquota será de 5% e poderá ser feita extraordinariamente entre janeiro e abril de 2022.

Sobre **a tributação dos investimentos financeiros**, as principais alterações são:

- **Fundos de condomínio fechado e abertos terão "come cotas" anual de 15%;**
- **Apuração em de forma trimestral** em vez de mensal para operações em bolsa;
- **Alíquota de 15% para todas as operações em bolsa**, inclusive day trade;
- **Alíquota única de 15% para ativos de renda fixa;**
- **Fim da isenção sobre os rendimentos distribuídos a pessoa física no caso de Fundo de Investimento Imobiliário** com cotas negociadas em bolsa a partir de 2022. Tributação dos demais cotistas será reduzida de 20% para 15% na distribuição de rendimentos, na amortização e na alienação de cotas.

• INFRAESTRUTURA SOCIAL

EDUCAÇÃO

[Inclusão do ensino da Língua Brasileira de Sinais no currículo escolar dos ensinos médio e fundamental](#)

PL 02217/2021 - Autoria: Dep. Pastor Eurico (PATRIOTA/PE), que "Inclui o ensino de Libras como disciplina no currículo escolar do ensino fundamental e médio."

Define **a inclusão de pessoas com deficiência**, como um dos **princípios e fins da educação nacional**. Inclui o ensino de Libras **como disciplina no currículo escolar do ensino fundamental e médio.**

- Escolas que possuam **alunos com deficiência auditiva incapacitante** deverão disponibilizar a **disciplina de linguagem de libras**, ministrada por **profissional capacitado**, sob supervisão do professor responsável pela classe.

Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Infantil e da Educação Superior

PL 02279/2021 - Autoria: Dep. Luis Miranda (DEM/DF), que "Institui a Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Infantil e da Educação Superior."

Institui a **Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Infantil e da Educação Superior**, a fim de garantir o atendimento a **crianças em creches e pré-escolas** e para fomentar a permanência de **jovens em cursos superiores e do magistério**.

- Estabelece **metas de atendimento de estudantes por programas educacionais** voltados ao acesso e permanência na educação superior, **assim como em projetos de formação pedagógica**.

INTERESSE SETORIAL

• AGROINDÚSTRIA

Permissão para fiscalização e classificação de produtos vegetais por municípios e consórcios públicos

PL 02251/2021 - Autoria: Dep. Geninho Zuliani (DEM/SP), que "Altera a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências"

Prevê que os municípios e consórcios públicos intermunicipais ou interestaduais **poderão fiscalizar a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico**.

• INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Aporte de recursos e investimentos em letras hipotecárias por regimes próprios de previdência social dos servidores públicos

PL 02263/2021 - Autoria: Dep. Marcelo Ramos (PL/AM), que "Altera regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências."

Permite que **regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e de militares** aportem recursos e investimentos em **letras hipotecárias emitidas por bancos múltiplos** com carteira de crédito imobiliário e Companhias Hipotecárias (CH).

- Para o aporte, é necessário que **50% dos recursos** sejam destinados à construção de habitações de interesse social **ou fundos de investimento Imobiliário** (FII) que realizem essa construção.

- O Conselho Monetário Nacional (CMN) fará a **regulação incentivada para recursos destinados aos FII supracitados**.

- Os regimes próprios de previdência social poderão **aplicar recursos em cotas de FII de Companhias Hipotecárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central**, desde que as companhias tenham, **voluntariamente**, instituído comitê de auditoria e de riscos.

- As Companhias Hipotecárias **poderão figurar como as administradoras ou gestoras dos fundos** que receberão os aportes e investimentos descritos acima.

• **INDÚSTRIA DA MINERAÇÃO**

Política Nacional de Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico da Cadeia Produtiva dos Minerais Componentes dos Elementos Terras-Raras (PADT)

PL 02210/2021 - Autoria: Sen. Chico Rodrigues (DEM/RR), que "Institui a Política Nacional de Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico da Cadeia Produtiva dos Minerais Componentes dos Elementos Terras-Raras à PADT."

Cria a Política Nacional de Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico da Cadeia Produtiva dos Minerais Componentes dos Elementos Terras-Raras (**PADT**).

- A política **consiste na articulação de redes de P&D entre União, empresas, institutos de pesquisa, universidades e entes da Federação**, para fomento da produção de bens e serviços, a partir de **Startups e outras formas empresariais e inovadoras**, com uso de **elementos Terras Raras**.

- A habilitação de projetos de produção mineral envolvendo a cadeia de elementos Terras Raras **terá prioridade no processo de licenciamento ambiental**, pelos órgãos competentes.

- São instrumentos de estímulo à política, **dentre outros, a riqueza gerada por incentivos fiscais, linhas de crédito, subvenção econômica e outras formas de financiamentos públicos** destinados ao desenvolvimento dessa cadeia produtiva.

• **INDÚSTRIA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS**

Sustação parcial de Ato do MAPA que libera o uso do agroquímico Fenpyrazamina

PDL 00237/2021 - Autoria: Dep. Túlio Gadêlha (PDT/PE), que "Susta parcialmente, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Ato nº 26, de 28 de maio de 2021, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento."

Susta, **parcialmente, Ato de nº 26, de 2021, do** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (**MAPA**), que dá publicidade ao registro **nº 17021 de agroquímico denominado Fenpyrazamina** (Procimidona), indicado para a cultura de batata, feijão, soja e tomate.

• **INDÚSTRIA ELETRO-ELETRÔNICA**

Criação da Semana Nacional de Conscientização sobre Resíduos Eletroeletrônicos

PL 02238/2021 - Autoria: Dep. Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO), que "Cria a Semana Nacional de Conscientização sobre Resíduos Eletroeletrônicos."

Cria a **Semana Nacional de Conscientização sobre Resíduos Eletroeletrônicos**, que deverá ser **realizada anualmente no mês de junho**, imediatamente **após a Semana do Meio Ambiente**.

• INDÚSTRIA QUÍMICA

Plano Nacional de Gestão do Oxigênio Medicinal

PL 02257/2021 - Autoria: Dep. Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO), que "Institui o Plano Nacional de Gestão do Oxigênio Medicinal."

Cria o **Plano Nacional de Gestão do Oxigênio Medicinal**, destinado a **garantir a estabilidade no fornecimento ou na produção de oxigênio medicinal nos estabelecimentos de saúde** públicos e privados.

- O plano acima **será elaborado pelo poder público após ouvidas as entidades representantes dos setores que atuam na área da saúde.**

- **A execução do plano considerará**, entre outros aspectos, **a urgência de intervenção, o estoque médio e atual**, o local de uso, o local de envase, a rede de transporte e logística **e a necessidade de produção local de oxigênio medicinal.**

- Os estabelecimentos de saúde que utilizam oxigênio medicinal **deverão elaborar e manter plano de controle do estoque desta substância.**

- **A Anvisa estabelecerá as normas para** instalação, operação e manutenção das usinas concentradoras de oxigênio.



Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos

no LEGISDATA:

<http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2020/6/informe-legislativo/>

INFORME LEGISLATIVO : Publicação Semanal da Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL : Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro : Gerente de Estudos e Formulação: Frederico Gonçalves Cezar : Gerente de Informação e Comunicação Legislativa: Henrique Souza Borges : Informações técnicas e obtenção de cópia das proposições pelo telefone (61) 3317.9060 ou pelo e-mail: informe.legislativo@cni.com.br : Endereço: Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF : Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.